

LEI MUNICIPAL Nº 197 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017.

Desafeta o imóvel de propriedade do Município de Itapagipe que específica, e autoriza sua doação ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Itapagipe,
Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado da sua destinação original, passando para a categoria de bens dominiais, o Imóvel de propriedade do Município de Itapagipe, afetado como Praça Pública, com a denominação de PRAÇA ANÉSIA FERREIRA TRIVELATO, objeto da Matrícula nº 4.836, folha 01 de Livro 2 – Registro Geral do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itapagipe, com a seguinte descrição:

UM TERRENO URBANO, situado no loteamento denominado Jardim Trivelato, nesta cidade e comarca de Itapagipe-MG, com área de 4.500,00m² (quatro mil e quinhentos metros quadrados), compreendido dentro das seguintes medidas e confrontações: Mede-se 100,00 metros para Rua 18-A; 45,00 metros para a Avenida 11-A; 100,00 metros para a Rua 20; e, 45,00 metros para a Avenida 09-A.

Parágrafo único. O imóvel mencionado no “caput” deste artigo passará a constituir-se no Lote 1 da quadra 52 do Loteamento Jardim Trivelato.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar o Imóvel descrito no artigo anterior, ao Estado de Minas Gerais, para uso do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de construção e instalação do Fórum da Comarca de Itapagipe e, em havendo desvio de finalidade e/ou utilização, este reverterá automaticamente ao patrimônio do Município.

Art. 3º Caso o Estado de Minas Gerais, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, não tome posse do imóvel e não promova a finalidade descrita no artigo anterior no prazo de 10 (dez) anos, a contar do recebimento da escritura de doação, o imóvel doado reverterá automaticamente ao patrimônio do Município.

Art. 4º Todas as despesas com a escritura de doação, inclusive aquelas relativas a emolumentos e registros, serão custeadas exclusivamente pelo Estado, donatário.

Art. 5º A doação estabelecida na presente Lei, ocorrerá com Dispensa de Licitação, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itapagipe, 24 de fevereiro de 2017.

BENICE NERY MAIA
Prefeita Municipal